



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

<b>Processo TC</b>	4116/989/16
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Três Fronteiras
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FRONTEIRAS
<b>Período</b>	05/2016
<b>Relator</b>	Dra. Cristiana de Castro Moraes
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-11 UNIDADE REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS
<b>Responsável</b>	FLAVIO LUIZ RENDA DE OLIVEIRA
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	102.824.208-51
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2016 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **1.1 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Alerte-se que a situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício.

## **2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

### **2.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

## **2.2 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 21/07/2016  
**Hora da Geração:** 21:47:08